



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

Audiência Pública Conjunta Câmara de Deputados

Simone Tebet
Ministra do Planejamento e Orçamento

Junho de 2023

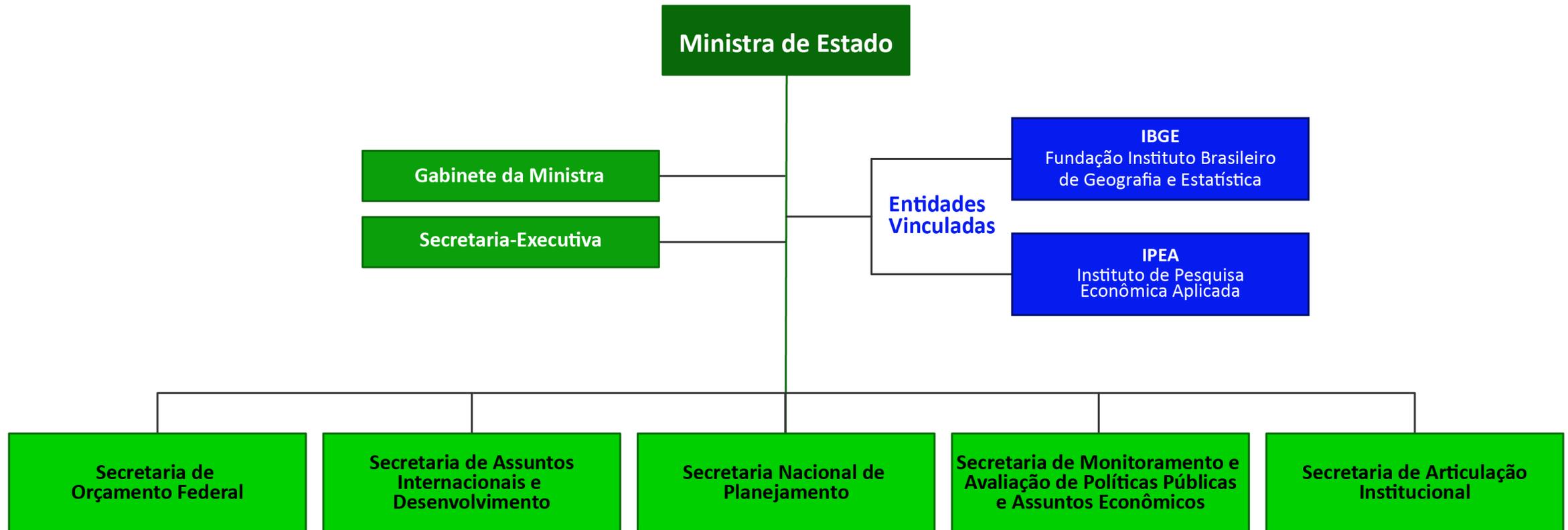
MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO



A recriação do MPO

- O primeiro e fundamental passo na área econômica do governo foi a recriação do Ministério do Planejamento e Orçamento.
- **Foco:** crescimento sustentável com inclusão social.
- Para isso, é preciso:
 - **reequilibrar gastos públicos; e**
 - **adequar compromisso social com fiscal.**

Estrutura do MPO



SEPLAN

SECRETARIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO (SEPLAN)

Planejamento e PPA Participativo

- Temos dois importantes guias para as políticas públicas: o Planejamento de Médio Prazo (definido no Plano Plurianual - **PPA**) e o Planejamento de Longo Prazo (dado pelo projeto **Brasil 2024-2040**).
- **Objetivo:** o legado de um planejamento construído pela própria sociedade.
- O PPA 2024-2027 será:
 - ✓ Amplamente participativo na sua construção.
 - ✓ Inclusivo, através de pautas transversais, multisetoriais, de gênero, equidade e meio ambiente, com metas regionalizadas.
 - ✓ Levado pelo MPO para todas as capitais do país com o PPA. Queremos aproximar o planejamento nacional da inteligência que está espalhada em todas as nossas regiões: conselhos, movimentos sociais, federações e confederações (patronais e sindicais), universidades.

Planejamento e o PPA Participativo

- A metodologia do PPA 2024-2027 apoia-se em 7 pilares, entre eles:
 - ✓ Integração dos objetivos e metas do PPA com recursos orçamentários e não orçamentários;
 - ✓ Resgate da participação social;
 - ✓ Integração do território nos programas do Plano Plurianual;
 - ✓ Visão estratégica e foco em resultados.

Calendário Plenárias Estaduais

DATA	UF	HORÁRIO (Local)
11/mai	Bahia	das 10h às 13h
12/mai	Alagoas	das 10h às 13h
12/mai	Pernambuco	das 18h às 21h
13/mai	Paraíba	das 10h às 13h
25/mai	Rio Grande do Norte	das 15h às 18h
26/mai	Ceará	das 10h às 13h
26/mai	Piauí	das 18h às 21h
27/mai	Maranhão	das 10h às 13h
02/jun	Roraima	das 10h às 13h
02/jun	Amazonas	das 18h às 21h
03/jun	Acre	das 10h às 13h
16/jun	Tocantins	das 10h às 13h
16/jun	Goiás	das 18h às 21h
17/jun	Mato Grosso do Sul	das 10h às 13h



DATA	UF	HORÁRIO (Local)
19/jun	Pará	das 18h às 21h
20/jun	Amapá	das 10h às 13h
22/jun	Sergipe	das 10h às 13h
27/jun	Distrito Federal	das 18h às 21h
06/jul	Rondônia	das 10h às 13h
07/jul	Paraná	das 10h às 13h
07/jul	Santa Catarina	das 18h às 21h
08/jul	Rio Grande do Sul	das 10h às 13h
12/jul	Minas Gerais	das 18h às 21h
13/jul	Rio de Janeiro	das 10h às 13h
13/jul	Espírito Santo	das 18h às 21h
14/jul	São Paulo	das 10h às 13h



PPA e Planejamento de Longo Prazo (2024-2040)

- Elaborado o PPA, trabalharemos na construção de uma nova estratégia nacional de desenvolvimento de longo prazo, a partir de outubro/23 com conclusão prevista para agosto/24.
- **Objetivo:** formulação de estudos prospectivos e de políticas públicas de longo prazo destinadas ao desenvolvimento nacional.

Planejamento e integração nacional

- Elaborar, com o Congresso Nacional, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional: responsabilidade em conjunto.
- A concretização dos planos regionais – que são os principais instrumentos para viabilizar a PNDR – terão enorme impacto nos territórios, promovendo desenvolvimento econômico, social e sustentável.
- **Objetivos:** diminuir desigualdades regionais, que têm lado ainda mais perverso nos recortes de raça e gênero.

SMA

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE ASSUNTOS ECONÔMICAS (SMA)

Monitoramento e avaliação: insumos do planejamento

- Avaliar políticas públicas significa saber quem se beneficia delas, se há coerência no desenho (ações e resultados pretendidos), se a implementação é eficiente e se os resultados estão sendo alcançados.
- Com isso, pretende-se fomentar a cultura, nos ministérios setoriais, de aperfeiçoamento das políticas públicas;
- E também apoiar a revisão sistemática de gastos, em colaboração com a SOF, de forma a encontrar espaço no orçamento para financiar os compromissos de governo e atender à nova regra fiscal.
- **Objetivo:** promover maior **qualidade do gasto público**, legitimando as mudanças de rumo nas políticas públicas.

Agenda de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

- Reformulação do CMAP (Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas) trará inovações:
 - A introdução de ciclos mais curtos (6 meses) para entrega de resultados;
 - Ampliação de critérios de seleção das políticas avaliadas;
 - Padronização de qualidade das avaliações; e
 - Maior interação com os gestores dos programas avaliados.
- Novo processo de avaliação, conectado ao ciclo orçamentário, voltado a apoiar a revisão do gasto. Estão sendo pensados incentivos para a adoção de boas práticas de gestão e avaliação, além de participação dos ministérios setoriais.
- Transparência e comunicação com a sociedade e o Congresso Nacional: boletim avaliação de políticas públicas (em formato de uma página) e aprimoramentos na divulgação anual do Orçamento de Subsídios da União (OSU).
- Fomentar uma política nacional de avaliação *ex ante* e estudos pilotos para criar uma nova geração de políticas fortemente estruturadas e coerentes.
- Integração de bancos de dados administrativos, de forma a apoiar a gestão nos diversos ministérios.

SOF

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL (SOF)

Modernização orçamentária

- A SOF está em intenso processo de modernização das práticas orçamentárias brasileiras e com transparência máxima sobre a gestão orçamentária federal.
- A melhoria no perfil da despesa pública terá como foco melhorar na sua transparência, previsibilidade e sustentabilidade. Mas nenhuma regra fiscal conseguirá garantir isso isoladamente.
- Nosso objetivo é atualizar a legislação pertinente. Este processo será feito em parceria com o Congresso Nacional em uma agenda a ser construída e perseguida pelos próximos dois anos, via LDO e atualização da Lei 4.320.
- O teto de gastos não se sustenta: **há a necessidade de um novo arcabouço fiscal, o Regime Fiscal Sustentável.**

Modernização orçamentária

- Expandir o horizonte temporal é fundamental para qualquer planejamento crível. Através da construção de projeções e cenários fiscais de médio prazo, conectaremos os cabos plurianuais do PPA com as negociações anuais das LOAs. Deixaremos para trás o “curto prazismo” que evita a integração entre processo orçamentário e política fiscal e prejudica a sustentabilidade das contas públicas.
- Enquanto essa agenda mais estrutural, do ponto de vista normativo, é construída, temos empenhado esforços técnicos para colocar de pé dois novos instrumentos fundamentais para a modernização do Orçamento federal: **1) a Revisão de Despesas; 2) o Quadro de Despesas de Médio Prazo.**
- **Nosso papel na JEO:** alertar para riscos fiscais e verificar a adequação de medidas à boa prática orçamentária.

SEID

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO (SEID)

Reinserção internacional e desenvolvimento

- A SEAID é a responsável pelos pagamentos de contribuições para **todos** os organismos internacionais do qual o Brasil participa.
- A SEAID é o eixo de conexão entre as políticas de desenvolvimento do Brasil e sua atuação em foros internacionais de desenvolvimento.
- Coordenamos a participação do Brasil nas seguintes instituições internacionais:
 - BID
 - CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina)
 - Fonplata
 - Banco de Desenvolvimento do Caribe
 - Banco Africano de Desenvolvimento

Reinserção internacional e desenvolvimento

- O Brasil voltou a honrar seus compromissos com organismos internacionais.
- Herdamos um passivo de R\$ 2,6 bilhões de anos anteriores. **Até agora, pagamos mais de R\$ 1,5 bilhão.** Até o final do ano, pretendemos quitar toda essa dívida.
- **Concluimos o pagamento ao Focem – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul.** Estados e Municípios nas regiões da fronteira do Brasil poderão voltar a utilizar até R\$ 350 milhões em recursos do Fundo.
- Carteira total da Cofix, que inclui os projetos em análise e os já aprovados pela Comissão de Financiamentos Externos, conta com mais de 300 projetos, totalizando US\$ 35 bilhões em empréstimos com organismos internacionais.
- Já a carteira ativa, que inclui os projetos a partir da etapa de preparação, engloba hoje 269 projetos, que somados totalizam US\$ 30,5 bilhões.

Reinserção internacional e desenvolvimento

- Nos Bancos de Desenvolvimento Multilaterais, o Brasil passou a **priorizar projetos focados em infraestrutura resiliente, desenvolvimento sustentável e de baixo carbono, além de inclusão social e apoio a pequenas empresas e igualdade de gênero.**
- Estamos reformulando a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), responsável pela aprovação de projetos com financiamento dos bancos multilaterais.
- Neste ano estarão disponíveis mais de US\$ 7 bilhões para financiamentos de projetos a serem executados pela União, Estados e Municípios.
- Vamos capacitar gestores estaduais e municipais e criar o Portal Único de Financiamentos Externos para simplificar o acesso.

SEAI

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL (SEAI)

SEAI

- Face mais evidente dessa estratégia fundamental do novo governo Lula.
- A escuta ativa junto a sociedade civil organizada e o diálogo com representantes do Congresso Nacional, com prefeituras, com governadores e com parlamentares regionais é parte constitutiva do nosso Ministério.
- Cabe à SEAI cumprir esse papel de diálogo, que deixa a porta do MPO sempre aberta à aquilo que vem da sociedade, dos parlamentares e dos representantes dos entes federados. A transparência e o diálogo são peças-chave para a união e a reconstrução do país.

Considerações sobre a PEC da Transição

- A elevação observada em 2023 deriva da chamada PEC da Transição (EC 126).
- No Orçamento de 2023, há atualmente **R\$ 165,2 bilhões** em despesas derivadas da PEC da Transição.
- Cerca de **três quartos** desse total foram para ministérios da **área social**, a exemplo do Bolsa Família, do Minha Casa Minha Vida, do Farmácia Popular e de diversas outras despesas em saúde e educação.
- O ministério que recebeu mais recursos foi Desenvolvimento e Assistência Social (**R\$ 76,2 bilhões**), responsável pelo programa **Bolsa Família**.
- Os **investimentos públicos** federais também foram contemplados: receberam **R\$ 29,3 bilhões** do aumento total.

Órgão	LOA 2023 (R\$ bilhões)
MDS	76,2
Saúde	23,1
Cidades	15,5
Transportes	11,9
Educação	11,4
Outros	26,9
Total	165,2

Ação/política	LOA 2023 (R\$ bilhões)
Bolsa Família	70,0
Minha Casa Minha Vida	9,5
Farmácia Popular	2,1
Atenção à Saúde - Média e Alta Complexidade	6,6
Conservação e Recuperação da Infraestrutura	5,5
Apoio ao Desenv. da Educação Básica	2,5
Alimentação Escolar na Educ. Básica (PNAE)	1,5
Outras	67,4
Total	165,2

Necessidade do ajuste fiscal e da Reforma Tributária

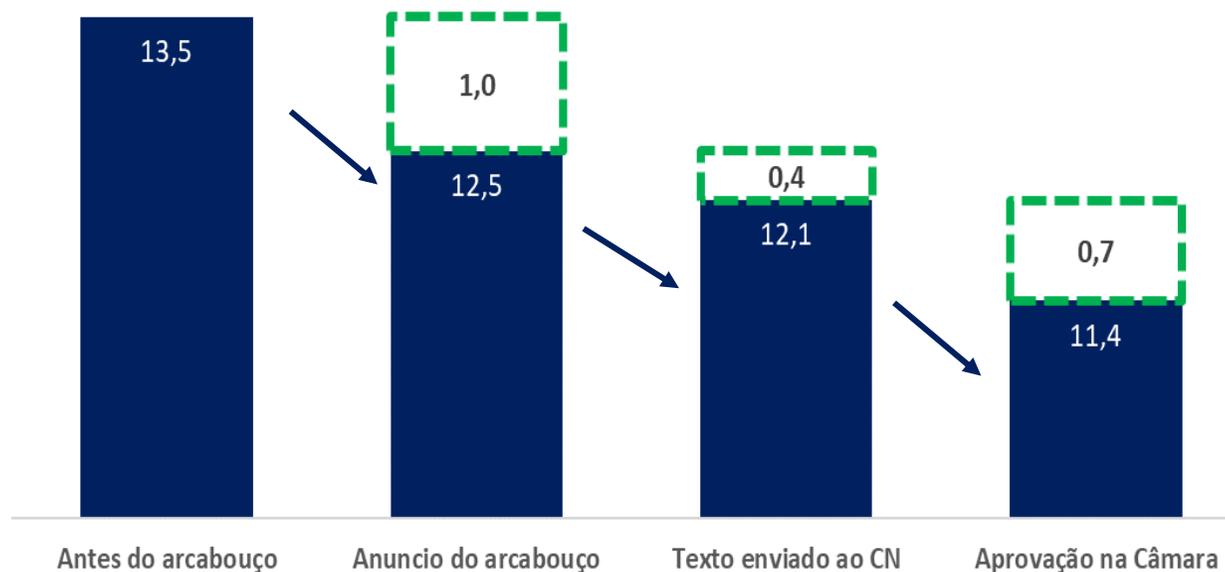
- De um lado, há grandes incertezas no mercado sobre a sustentabilidade da dívida pública e o controle dos gastos públicos. De outro, é necessário garantir espaço para gastos sociais.
 - i) Bolsa Família de R\$ 600;
 - ii) Casa Popular aos mais pobres – Minha Casa, Minha Vida;
 - iii) Investimento em rodovias e infraestrutura;
 - iv) farmácia popular e assistência social;
 - v) Mais Médicos e gastos hospitalares.

- Solução: **Regime Fiscal Sustentável → incremento de receitas com controle de gastos.**



Efeitos positivos do RFS na taxa de juros de médio prazo

Taxa de juros - 5 anos: efeito do arcabouço e da meta de inflação (p.p.)*



Fonte: Anbima. *As datas da taxa de juros se referem a 02/mar, 30/mar e 18/abr, respectivamente.

A opinião sobre redução da taxa de juros vem do efeito positivo do Regime Fiscal Sustentável!



Taxa de juros está próxima aos menores valores desde jan/2022



Fonte: Anbima.

Atualmente, a taxa de juros futura está em torno de 11,0%, **quase 2,5 pontos percentuais abaixo do início de março.**

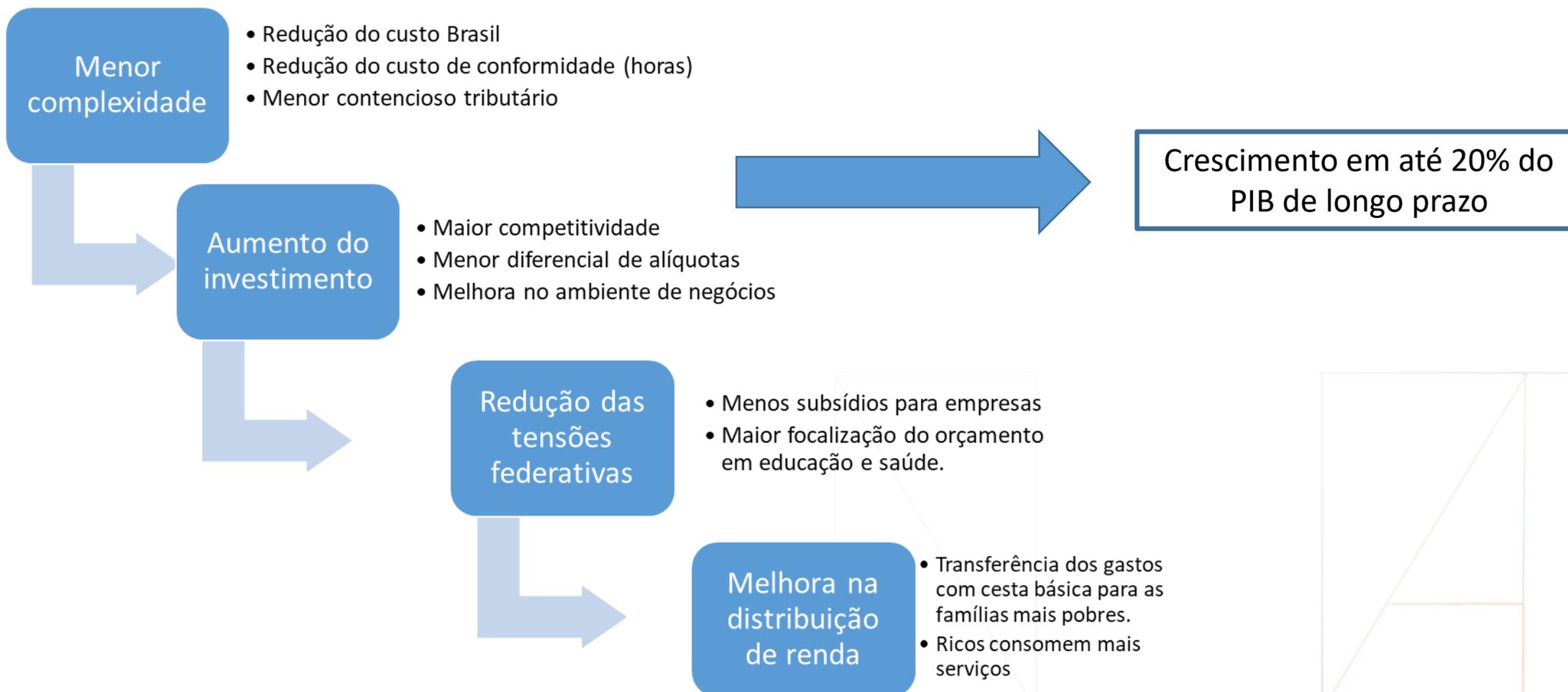
Reforma tributária

- Reforma tributária terá efeitos relevantes no crescimento do PIB:
 - **Aumento da produtividade econômica:** maior investimento e redução das distorções alocativas;
 - **Redução do custo Brasil:** menor litígio, dedução de créditos, custo de conformidade e transição;
 - Adicionalmente, haverá **redução da regressividade tributária** (mais pobres pagarão proporcionalmente menos impostos): bens com maior demanda pelas famílias mais pobres terão diminuição do custo.

- Vários artigos mostram que a reforma tributária impactará de forma significativa no crescimento do PIB nos próximos 10 anos.



Efeitos diretos da reforma para sociedade e para economia



Melhora econômica

- De acordo com a grade de parâmetros oficial do governo (SPE/MF), o crescimento do PIB será de 1,91% neste ano, subindo a 2,30% em 2024 e depois a 2,81% em 2025.
- Dados recentes da atividade econômica indicam, no entanto, que crescimento do PIB poderá atingir 2,3% este ano, caso demais trimestres do ano não cresçam.
- A taxa de inflação tende a continuar em trajetória de desaceleração, com a menor pressão dos preços dos alimentos (particularmente carnes) e do serviços. Após 10% em 2021 e 5,8% em 2022, a estimativa oficial é de 5,58% neste ano – e com alta de 3,63% em 2024 e de 3,02% ao ano em 2025.
- Aumentar taxa de crescimento do PIB, gerando inclusão social e sem pressionar inflação, é a missão fundamental → **melhor caminho para isso é com aumento sustentável dos investimentos, via ganhos de produtividade e mantendo a dívida sob controle.**

Por fim, mas não menos importante...

- O lema **União e Reconstrução** tem razão de ser: o país precisa voltar a se unir para assegurar paz interna; a reconstrução de políticas públicas em diversas áreas tornará a economia mais resiliente.
- O Brasil já foi exemplo para o mundo: nossa cultura, nossa proteção ambiental, nossa capacidade de superar crises políticas a partir do diálogo. Vamos recuperar essa imagem a partir de ações diretas.



Obrigada!

gov.br/planejamento

Considerações sobre os gastos primários em 2023

- O gasto primário da União em 2023 deve ficar próximo a R\$ 2,0 trilhões ou **19,1% do PIB**.
- Isso representa um aumento de 0,9 ponto percentual em relação a 2022 (18,2% do PIB).
- Quando comparamos com anos anteriores, **o montante não é tão relevante em % do PIB**.
- A elevação dos gastos é, em boa medida, fruto da pandemia e da necessidade de recomposição orçamentária de diversas políticas públicas prioritárias.

Despesas primárias do governo central (% do PIB)

2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média 2017 a 2022 (exceto 2020)
19,4%	19,3%	19,5%	25,6%	18,1%	18,2%	19,1%	18,9%

Considerações sobre o déficit primário em 2023

- O fortalecimento do gasto social e dos investimentos, em 2023, repercute no resultado primário previsto para 2023.
- Hoje ele é de **R\$ 136,2 bilhões ou 1,3% do PIB**.
- Quando o orçamento de 2023 foi aprovado, a projeção era de **R\$ 231,6 bilhões**.
- O valor previsto para este ano reforça as ações tomadas em busca de zerar o déficit em 2024.
- O Novo Arcabouço Fiscal (PLP 93/23) e as medidas voltadas à receita criam condições para se alcançar esse objetivo.

Como exemplo, o PLDO 2024 prevê R\$ 155,0 bilhões em novas receitas no ano que vem.

Resultado primário do governo central (% do PIB)								
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (LOA)	2023 (1º Bim)	2023 (2º Bim)
-1,9%	-1,7%	-1,3%	-9,8%	-0,4%	0,5%	-2,1%	-1,0%	-1,3%